Câmara Municipal de Quitandinha
RECEBIDO
Data: 26 / 04 / 22 08:22 hrs

THAYRINE THAMARA TOKARSKI
DIRETORA ADMINISTRATIVA
Secretaria da Câmara Municipal

MENSAGEM Nº 17/2022

Excelentíssimos Senhor Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Quitandinha – PR.

Valho-me da presente Mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que se destina a alterar o Anexo VI - Tabela De Cargos Pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior da Lei nº 562, de 20 de janeiro de 2003, no que se refere ao número de vagas para o cargo efetivo de Advogado, passando de três para quatro vagas, e do cargo efetivo de Administrador, passando de quatro para seis vagas, e altera requisitos para habilitação dos cargos de Auxiliar de Consultório Dentário e Técnico em Informática.

Referida alteração se faz necessária, para a inclusão dos referidos cargos no processo para realização de Concurso Público 01/2022, sendo que os demais cargos têm em seu quadro vagas já existentes e descrição dos requisitos para a habilitação claramente definidos. Cabe informar que na mesma proporção que os demais cargos temos a necessidade desses técnicos para o bom andamento da administração pública que está reduzida no número de servidores públicos efetivos devido a proibição da realização de concursos causado pela pandemia nos anos de 2019 à 2021.

No caso do Auxiliar de Consultório a alteração é necessária por exigência do Conselho Regional de Odontologia.

No caso do Cargo de Auxiliar Fazendário, em que pese estar na condição de "em extinção", necessitamos retomar o preenchimento de tais vagas, a uma, para melhorarmos a eficácia do recolhimento tributário municipal, e a dois, para permitir que o servidor incumbido da fiscalização e lançamento de créditos tributários tenha tal atribuição na descrição de seu cargo, sob pena de eventual irregularidade, e também para permitir uma maior e correta interação com os órgãos fazendários estadual e federal, o qual segue em anexo parecer da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil exigindo tal atribuição ao cargo de Auxiliar Fazendário para poder ser indicado para a fiscalização do ITR.

Neste sentido, contamos com a aprovação da proposição anexa, requerendo, ainda, que a tramitação do presente projeto seja em **regime de urgência especial**, inclusive com a **convocação de sessões extraordinárias**, como me autoriza a Lei Orgânica Municipal e conforme o art. 121 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, nos termos acima indicados.

Certo da costumeira compreensão dos nobres membros desta Câmara Municipal e contando com a aprovação da proposição anexa, antecipo agradecimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quitandinha, em 19 de abril de 2022.

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 19 DE ABRIL DE 2022.

Altera Lei nº 562, de 20/01/2003, para aumentar vagas e alterar requisitos para habilitação para os cargos efetivos de Advogado, Administrador, Auxiliar de Consultório Dentário e Técnico em Informática, retorna da extinção o cargo de Auxiliar Fazendário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quitandinha faz saber que a Câmara Municipal de Quitandinha aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1° Fica alterado o Anexo VI - Tabela De Cargos Pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior da Lei n° 562, de 20 de janeiro de 2003, no que se refere ao número de vagas para o cargo efetivo de Advogado, passando de três para quatro vagas, e do cargo efetivo de Administrador, passando de quatro para seis vagas.

Art. 2º No Anexo VII da Lei nº 562, de 20 de janeiro de 2003, na descrição dos requisitos para habilitação no cargo de Auxiliar de Consultório Dentário fica acrescido o seguinte: "Ensino Médio Completo e registro no Conselho Regional de Odontologia".

Art. 3º No Anexo VII da Lei nº 562, de 20 de janeiro de 2003, na descrição dos requisitos para habilitação no cargo de Técnico em Informática fica acrescido o seguinte: " Nível Médio completo e Curso Técnico em Informática ".

Art. 4º O cargo de Auxiliar Fazendário, de provimento efetivo, declarado em extinção pela Lei nº 894, de 04 de abril de 2012, retorna à categoria de cargo permanente, com 07 (sete) vagas, em razão do que fica revogado neste item, apenas, o art. 2º daquela Lei.

Parágrafo único - Na descrição detalhada no cargo de Auxiliar Fazendário fica acrescido as seguintes atribuições: " fiscalização e lançamento de créditos tributários".

Art. 5º Esta Lei entra em na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 19 de abril de 2022.

José Ribeiro de Moura

Prefeito Municipal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal na 6ª Região Fiscal - SRRF 6ª RF
Delegacia da Receita Federal em Uberlândia (MG)
Equipe Nacional Especializada ITR

Despacho Decisório nº 357/2021 - Equipe ITR
Data: 13 de setembro de 2021
e-Dossiê Nº: 10265.177021/2020-17
Interessado: MUNICÍPIO DE QUITANDINHA (PR)
CNPJ: 76.002.674/0001-97

Assunto: ITR. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A UNIÃO E O MUNICÍPIO VIGENTE. INDICAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

Os servidores indicados pelo município para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) estabelecidas na Instrução Normativa RFB Nº 1.640, de 11 de maio de 2016 e Norma de Execução Conjunta Ascif/Cofis/Cosit/Codac/Cogea nº 1, de 22 de maio de 2020, **não cumprem os requisitos legais. Pleito indeferido.**

Relatório

Nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, o Município acima identificado solicitou a inclusão de novos servidores para exercerem as atividades de ITR do Município, em razão de convênio firmado, e segue análise da conformidade da documentação apresentada para fins de cumprimento dos requisitos dispostos no art. 10 da IN RFB nº 1.640. de 2016.

I- Cópia de lei vigente instituidora de cargo com atribuição de lançamento de créditos tributários no seu âmbito distrital ou municipal, conforme o caso, publicada na respectiva imprensa oficial.

Promoveu a juntada de cópia da Lei nº 562 de 20 de janeiro de 2003, fls. 325/573, que *"Dispõe sobre a organização do quadro de pessoal da administração direta municipal e dá outras providências"*, alterada pelas Leis n.º 894 de 04/04/2012, Lei n.º 1054 de 22/09/2017Lei n.º 1.103 de 19/10/2019, Lei n.º 1.008 de 08/03/2016 e Lei n.º 1.005 de 11/02/2016. Trata dos cargos e atribuições, número de vagas e requisitos para ocupação. Constam os cargos de Assistente Administrativo às fls. 348, de Assistente Fazendário às fls. 349, de Auxiliar Fazendário às fls. 351 e, de Agente Fiscal de Tributos às fls. 355.
Não houve comprovação de publicação.

Lembremos que o art. 37 da Constituição Federal dispõe que *"a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e* ***dos Municípios*** *obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade,* ***publicidade*** *e eficiência...'*. Como visto, a publicidade constitui um dos princípios basilares da administração pública. Segundo tal princípio, a administração tem a obrigação de tornar público todos os seus atos, salvo para preservar a intimidade dos cidadãos ou por questões de segurança social e do Estado.

Para além de uma obrigação da administração, a publicidade é um direito dos administrados, se desdobrando em um instrumento hábil à efetivação do direito à informação. Não poderia ser diferente, pois numa República, as informações acerca da coisa pública devem ser acessíveis a todos os cidadãos que, juntos, são os verdadeiros detentores do poder. É o que se extrai do artigo 5°, XXXIII, da Constituição Federal:

"XXXIII- todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ".

Portanto, o ente Federado não atendeu à disposição das normas que tratam da publicação da lei instituidora do cargo com atribuição de lançamento e cobrança do crédito tributário, com isto não atendendo principalmente o primado constitucional.

Não possuindo a edilidade órgão de imprensa oficial, é válida a publicação das leis e dos atos administrativos municipais por meio de afixação dos seus termos na sede da prefeitura. O artigo 1° da LICC exige tão somente a publicação das leis, o que não precisa ser feito necessariamente através do Diário Oficial. Tal exigência pode ser cumprida através da afixação no átrio da prefeitura, desde que essa forma de publicação esteja prevista na Lei Orgânica Municipal.

II - Indicação nominal dos servidores aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos para o cargo de que trata o inciso I e em efetivo exercício.

O Município fez a indicação nominal das servidoras JAKELINE CALIZARIO PRADO, CPF n° 045.188.119-25, ocupante do cargo de *Assistente Administrativo*, fls. 609/610 e, CRISTIANE PERCIAK, CPF n° 024.400.289-40, ocupante do cargo de *Auxiliar Fazendário*, fls. 611/612.

a. Quanto à servidora JAKELINE CALIZARDO PRADO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, não constam da Lei n.° 562/2003 e suas alterações, atribuições de *"lançamento e cobrança de créditos tributários"*, somente atividades da rotina administrativa, tais como preparar escala de trabalho, de férias e

folgas de funcionários; desempenhar outras atividades inerentes ao cargo, determinadas pelos superiores hierárquicos. Consta que tem responsabilidade sobre o material de expediente; fls. 348.

Ainda consta que o cargo tem precedência no cargo de Auxiliar Administrativo.

Portanto restou prejudicada a análise dos documentos apresentados em relação à servidora, uma vez que o cargo não atende ao inciso I do artigo 10 da IN RFB n.º 1640/2016

.

b. Em relação à servidora CRISTIANE PERCIAK, ocupante do cargo de Auxiliar Fazendário, fls. 351, consta da descrição sumária do cargo, executar atividade de rotina técnica nas áreas financeiras, cadastro e tributária, elaborando plano de trabalho; dentre as atividades detalhadas, desenvolve atividades tributária, envolvendo realizando lançamento de tributos, levantamento e avaliação de imóveis e levantamento de dados comerciais; executa serviços administrativos de natureza variada; efetua consulta em terminais de vídeo; executa atividade de atendimento ao público e, executa outras atividades correlatas, de acordo com seu superior mediato.

Tem responsabilidade sobre material de expediente e valores; Ascensão ao cargo de Assistente Fazendário.

c. Ainda às fls. 355 consta do cargo de Agente Fiscal de Tributos, com atribuições de "autua contribuinte em infração, instaurando processo administrativo fiscal e providenciando as respectivas notificações, ...

A carreira é isolada, sem precedência e sem ascensão.

d. Com efeito, o Município indicou servidoras ocupantes de cargos não pertencentes a carreira da administração tributária local, pois as servidoras ocupam, respectivamente, os cargos de Assistente Administrativo, e Auxiliar Fazendário, não integrantes da carreira de Fiscalização do Município, que é isolada, sem precedência e sem ascensão.

É certo que a indicação para atuar no Convênio ITR deve recair em servidor de carreira específica pertencente à Administração Tributária local, conforme preconiza o artigo 37, XXII, da Constituição Federal:

"Art. 37. (...) XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por ***servidores de carreiras específicas,*** terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) ".

e. Ademais, as atribuições dos cargos em comento não têm o condão de suprir a exigência constante no disposto no art. 7º, inciso e II, da

IN RFB nº 1.640, de 2016, c/c com o art. 142 do CTN - Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966:

Art. 7º Previamente à celebração do convênio de que trata esta Instrução Normativa, o ente federativo interessado deve ter:

....

II - lei vigente instituidora de cargo com atribuição de lançamento de créditos tributários;

....

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Resta claro que o Município não atendeu ao inciso II, no tocante ao preenchimento do cargo de que trata o inciso I, retro.

III- Cópia dos editais de abertura e de homologação do concurso público em que tenham sido aprovados os servidores indicados conforme o inciso II para provimento do cargo previsto na lei de que trata o inciso I, publicados na respectiva imprensa oficial.

Promoveu, referente à servidora Cristiane Perciak, a juntada do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2006, com vagas para diversos cargos, dentre eles para Assistente Administrativo e Auxiliar Fazendário, fls. 576/590.
Não houve comprovação de publicação.

Juntou o Decreto nº 291 de 29 de março de 2006, que homologa o Concurso Público nº 001/2006, fls.591/597.
Publicado no Jornal Gazeta de Quitandinha datado de 01/04/2006, fls. 598.

Não foram juntados documentos referentes à servidora indicada JAKELINE CALIZARIO PRADO.

IV- Atos de nomeação dos servidores para o cargo previsto no inciso I, em decorrência do concurso público de que trata o inciso III, publicados na respectiva imprensa oficial.

Juntou às fls. 608, a Portaria n.º 010/2008, de 03/03/2008, que nomeia a concursada CRISTIANE PERCIAK, aprovada no Concurso Público 001/2006 para ocupar o cargo de Auxiliar Fazendário.
Não houve comprovação de publicação.

Não foram juntados documentos referentes à servidora indicada JAKELINE CALIZARIO PRADO.

2. Após a verificação da documentação apresentada e juntada a este processo digital, referente à indicação de servidor(es) para a fiscalização do ITR, e considerando o disposto no art. 11 da IN RFB nº 1.640, de 2016, c/c artigos 10 e 11 da Norma de Execução Conjunta Ascif/Cofis/Cosit/Codac/Cogea, nº 1, de 22 de maio de 2020, tendo em vista a não comprovação de atendimento aos requisitos constantes dos artigos 7º, incisos II e III e 10, incisos I, III e IV, da IN RFB nº 1.640, de 2016, **recomenda-se o indeferimento da indicação das servidoras**, JAKELINE CALIZARIO PRADO, CPF nº 045.188.119-25, ocupante do cargo de *Assistente Administrativo*, fls. 609/610 e, CRISTIANE PERCIAK, CPF nº 024.400.289-40, ocupante do cargo de *Auxiliar Fazendário*, fls. 611/612, tendo em vista que os cargos para os quais foram aprovadas em concurso público e nomeadas não possuem as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários e, de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), conforme exigem as normas que disciplinam a celebração do convênio entre a União e os Municípios.

3. À consideração superior, na forma do art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, c/c artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º da Portaria RFB nº 575, de 25 de março de 2020.

assinado digitalmente

Eduardo Eurípedes de Araújo

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Equipe Nacional Especializada ITR

4. De acordo. **Aprovo** o despacho decisório supra. Providencie-se a ciência ao ente federativo desta decisão.

assinado digitalmente

Eduardo Antônio Costa

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia

assinado digitalmente

Luiz Cláudio Martins Henriques

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Delegado-Adjunto da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia

Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por EDUARDO EURIPEDES DE ARAUJO em 14/09/2021.

Documento autenticado digitalmente por EDUARDO EURIPEDES DE ARAUJO em 14/09/2021.

Documento assinado digitalmente por: EDUARDO ANTONIO COSTA em 14/09/2021 e EDUARDO EURIPEDES DE ARAUJO em 14/09/2021

Esta cópia / impressão foi realizada por MUNICIPIO DE QUITANDINHA em 13/10/2021.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:
https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP13.1021.13154.MKPR

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
FFDCFD1DB6D6C05ACC9EA61C9FC744CE50A19262AC29D817795CAF6A8D88C36A

Pagina inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 10265.177021/2020-17. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no processo.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.889, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

Mensagem de veto

Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º O Técnico em Saúde Bucal e o Auxiliar em Saúde Bucal estão obrigados a se registrar no Conselho Federal de Odontologia e a se inscrever no Conselho Regional de Odontologia em cuja jurisdição exerçam suas atividades.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os valores das anuidades devidas aos Conselhos Regionais pelo Técnico em Saúde Bucal e pelo Auxiliar em Saúde Bucal e das taxas correspondentes aos serviços e atos indispensáveis ao exercício das profissões não podem ultrapassar, respectivamente, 1/4 (um quarto) e 1/10 (um décimo) daqueles cobrados ao cirurgião-dentista.

Art. 4º (VETADO)

Parágrafo único. A supervisão direta será obrigatória em todas as atividades clínicas, podendo as atividades extraclínicas ter supervisão indireta.

Art. 5º Competem ao Técnico em Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista, as seguintes atividades, além das estabelecidas para os auxiliares em saúde bucal:

I - participar do treinamento e capacitação de Auxiliar em Saúde Bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde;

II - participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais;

III - participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador;

IV - ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista;

V - fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista;

VI - supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal;

VII - realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas;

VIII - inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista;

IX - proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos, inclusive em ambientes hospitalares;

X - remover suturas;

XI - aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

XII - realizar isolamento do campo operatório;

XIII - exercer todas as competências no âmbito hospitalar, bem como instrumentar o cirurgião-dentista em ambientes clínicos e hospitalares.

§ 1º Dada a sua formação, o Técnico em Saúde Bucal é credenciado a compor a equipe de saúde, desenvolver atividades auxiliares em Odontologia e colaborar em pesquisas.

§ 2º (VETADO)

Art. 6º É vedado ao Técnico em Saúde Bucal:

I - exercer a atividade de forma autônoma;

II - prestar assistência direta ou indireta ao paciente, sem a indispensável supervisão do cirurgião-dentista;

III - realizar, na cavidade bucal do paciente, procedimentos não discriminados no art. 5º desta Lei; e

IV - fazer propaganda de seus serviços, exceto em revistas, jornais e folhetos especializados da área odontológica.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º (VETADO)

Parágrafo único. A supervisão direta se dará em todas as atividades clínicas, podendo as atividades extraclínicas ter supervisão indireta.

Art. 9º Compete ao Auxiliar em Saúde Bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista ou do Técnico em Saúde Bucal:

I - organizar e executar atividades de higiene bucal;

II - processar filme radiográfico;

III - preparar o paciente para o atendimento;

IV - auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares;

V - manipular materiais de uso odontológico;

VI - selecionar moldeiras;

VII - preparar modelos em gesso;

VIII - registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal;

IX - executar limpeza, assepsia, desinfeção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho;

X - realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal;

XI - aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos;

XII - desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários;

XIII - realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e

XIV - adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.

Art. 10. É vedado ao Auxiliar em Saúde Bucal:

I - exercer a atividade de forma autônoma;

II - prestar assistência, direta ou indiretamente, a paciente, sem a indispensável supervisão do cirurgião-dentista ou do Técnico em Saúde Bucal;

III - realizar, na cavidade bucal do paciente, procedimentos não discriminados no art. 9º desta Lei; e

IV - fazer propaganda de seus serviços, mesmo em revistas, jornais ou folhetos especializados da área odontológica.

Art. 11. O cirurgião-dentista que, tendo Técnico em Saúde Bucal ou Auxiliar em Saúde Bucal sob sua supervisão e responsabilidade, permitir que esses, sob qualquer forma, extrapolem suas funções específicas responderá perante os Conselhos Regionais de Odontologia, conforme a legislação em vigor.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Carlos Lupi
José Gomes Temporão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.12.2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

TERMO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTARIO FINANCEIRO

O Município de Quitandinha/Pr em cumprimento ao disposto no art. 21 c/c art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, estima, conforme o disposto abaixo, o Impacto Orçamentário e Financeiro.

ATO: *PROJETO DE LEI Nº 17, DE 19 DE ABRIL DE 2022, que em Sumula: "ALTERA LEI Nº 562, DE 20/01/2003, PARA AUMENTAR VAGAS E ALTERAR REQUISITOS PARA HABILITAÇAO PARA OS CARGOS EFETIVOS DE ADVOGADO, ADMINISTRADOR, AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO E TECNICO EM INFORMATICA, RETORNA DA EXTINÇAO O CARGO DE AXILIAR FAZENDARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"* .

Impacto	2022	2023 e 2024
Orçamentário	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, de R$ 114.935,30 (Cento e quatorze mil e novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) anual, recursos estes que advirão do crédito do orçamento exercício 2022.	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, recursos estes que deverão ser incluídos na programação Orçamentária dos próximos exercícios 2023, 2024.
Financeiro	O impacto financeiro se revela pelo desembolso financeiro durante o exercício de 2022, e para os próximos exercícios de 2023 e 2024, impacto perfeitamente suportável.	
Pessoal	O aumento de R$ 114.935,30 (Cento e quatorze mil e novecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) , não implica em extrapolação dos limites com pessoal, pois o aumento tem impacto mínimo no percentual em relação a RCL - Receita Corrente Liquida, sendo que o gasto com pessoal base Dez/2021, representa 48,49% da RCL, com o reajuste dos projetos anteriores e o presente impacto, chegaria em 51,09**%** no final do exercício 2022, conforme projeção.	

RCL - Receita Corrente Liquida base 31/12/2021. R$ 61.273.000,66
RCL projetada para 2022 R$ 64.336.650,69
Gasto com pessoal Dezembro/2021 29.711.741,90 % sobre a RCL 48,49%.
Gasto com pessoal projetado para 2022 R$ 32.871.787,59, % sobre **RCL 51,09%**.

Quitandinha, 25 de Abril de 2022.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

DECLARAÇÃO
(Art. 16, II da LC 101/00)

Declaro para todos os fins e direitos admitidos e especialmente os fins do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Que os valores constantes *ATO: PROJETO DE LEI Nº 17, DE 19 DE ABRIL DE 2022, que em Sumula: "ALTERA LEI Nº 562, DE 20/01/2003, PARA AUMENTAR VAGAS E ALTERAR REQUISITOS PARA HABILITAÇAO PARA OS CARGOS EFETIVOS DE ADVOGADO, ADMINISTRADOR, AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO E TECNICO EM INFORMATICA, RETORNA DA EXTINÇAO O CARGO DE AXILIAR FAZENDARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"*, **tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes.**

Quitandinha, 25 de Abril de 2022.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1